

ALÉM DO “FIO DE BIGODE”: OS NEGÓCIOS RURAIS REGISTRADOS EM TABELIONATO NA SEGUNDA METADE DOS OITOCENTOS NO OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO¹

Arlene Guimarães Foletto²; Lígia Mara Beckhauser³; Sarah Ferraz dos Reis⁴

INTRODUÇÃO

Por muito tempo o “fio de bigode” significou a rubrica da palavra de alguém quando era firmado uma determinada negociação. Eram tempos em que um único fio retirado da barba, em especial do bigode, era a garantia da palavra empenada. Ou seja, não era necessário nenhum documento assinado que garantisse que os sujeitos envolvidos no negócio cumprissem o contratado. Com a consolidação da sociedade capitalista, no caso do Brasil dos oitocentos, tal prática coexistia com um aumento gradual dos registros assinados em tabelionato, de onde saía um documento sacramentado pelo tabelião, reconhecido pelas partes e respaldado pelas testemunhas.

Coincidentemente, ou não, a necessidade de firmar os contratos aumentava, na mesma medida em que se regulamentava o acesso à terra e às fronteiras agrárias se fechavam, em um movimento intencificado na segunda metade do século XIX. O espaço que este estudo privilegia, a antiga Paróquia de São Patrício de Itaquí, localizada no oeste do Rio Grande de São Pedro, foi ocupado efetivamente pelos luso-brasileiros nas primeiras décadas do século, após a expulsão dos jesuítas. Contudo, foi tão somente nos cinquenta anos finais, que a fronteira agrária foi gradativamente sendo fechada e as terras, primeiramente ocupadas, foram sendo divididas através do sistema de herança. O acesso à terra se transformou, ficando restrito a herança, a compra ou arrendamento. O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns dados e reflexões iniciais sobre o comportamento do mercado de terras e gado na Paróquia de São Patrício de Itaquí entre os anos de 1858 e 1889.

¹Pesquisa financiada pelo Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio (modalidade ICT)

²Professora do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio. E-mail: arlene@ifc-sombrio.edu.br

³Aluna do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio. Bolsista ICT. E-mail: ligia.beckhauser@hotmail.com

⁴Aluna do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio. Bolsista ICT. E-mail: sarah-ferraz@hotmail.com

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem por objetivo central analisar as escrituras rurais firmadas no Tabelionato local, considerando a importância que tais negociações tinham para os sujeitos e de que modo suas diferenças retratam a estrutura fundiária e produtiva da paróquia. Tal estudo teve origem através do levantamento das fontes primárias, preservadas em Arquivo Público, que contemplou o espaço que compunha a antiga Paróquia no referido período.

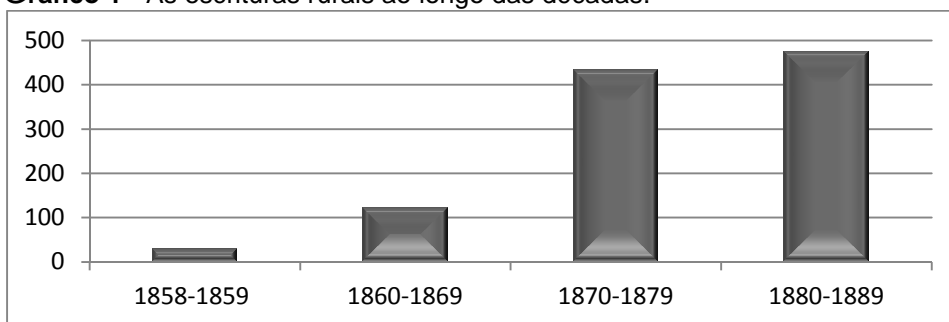
Foram catalogados todos os registros efetuados no tabelionato local, totalizando 57 livros de Transmissões e Notas. Cada documento transcrito foi digitalizado e tabelado, organizado por grupos afins e transferidos para uma base de dados computacional. Esta metodologia permite o tratamento quantitativo (serial) dos dados, bem como uma análise qualitativa através do cruzamento dos resultados com outros fundos documentais. Por hora, a presente reflexão recai sobre o grupo das escrituras que representavam 45% de todo o fundo documental. Desta, quase a metade, 49%, eram rurais e versavam sobre terras, rebanhos e estabelecimentos pastoris.

Poucos são os trabalhos que tratam especificamente dos negócios que advinham da sociedade rural na Província do Rio Grande de São Pedro, no século XIX, tendo como fonte principal os Registros Notariais. Neste sentido, visa-se explorar as potencialidades de um fundo documental, em grande parte, novo para a História Agrária. E assim entender um pouco mais sobre a complexa estrutura agrária no período de transição entre um mercado nos moldes pré-capitalistas para um capitalista propriamente dito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As escrituras nos permitem compreendermos as dimensões deste mercado e apresentam indícios de como se dava a produção e reprodução do sistema agrário pastoril.

Gráfico 1 - As escrituras rurais ao longo das décadas.



Fonte: APERS - 57 livros de Transmissão e Notas Itaqui (1858-1889)

Como pode-se perceber os negócios rurais crescem ao longo das décadas apresentadas na tabela acima. O volume das transações onde a terra era o bem negociado foi aumentado, em sintonia com a antiguidade de ocupação e o próprio fechamento da fronteira agrária. Cabe destacar que a invasão paraguaia na região durante a Grande Guerra diminuiu as transações feitas no final da década de 1860. Independente do acontecimento, é nítido o crescimento dos negócios rurais operalizados na localidade.

Compras e vendas, arrendamentos, hipotecas, empréstimos, permutas tinham como bens transacionados e/ou dados como garantia, ora terra, ora rebanho, demonstrando não só aumento das negociações na prática mas também a necessidade de documentar o acordo feito. Demonstrando uma prática dinâmica de relações comerciais no campo.

Tabela 1 - Escrituras de 1858-1889.

TIPO	TOTAL	RURAL	%
Compra e Venda	1548	939	61
Arrendamento	123	111	90
Arrendamento com Hipoteca	33	30	91
Dívida e Hipoteca	133	41	31
Fiança e Hipoteca	6	4	67
Renovação de Hipoteca	12	12	100
Permuta	33	26	79

Fonte: APERS - 57 livros de Transmissão e Notas Itaqui (1858-1889)

Ao compararmos as transações efetuadas, nota-se que há um número maior de negócios envolvendo partes de terras que teriam sido primeiramente ocupadas, algumas já haviam passado por mais de um proprietário. Talvez isso se deva à influência do sistema de heranças, pois a fragmentação da propriedade e a compra e venda de partes de terras concentra-se nos espaços primeiramente

ocupados. Ao longo das décadas, o volume das negociações de terras cresceu, em sintonia com a antiguidade de ocupação e o fechamento da fronteira agrária.

A prática do arrendamento era outra forma de acesso, talvez inicial, ao empreendimento agrário. Alguns dos arrendatários não eram possuidores de terras nem de rebanhos. Contudo, através do cruzamento com outras fontes, percebe-se que alguns dos produtores locais utilizavam a prática para ampliar sua capacidade de criação de animais e assim aumentar a rentabilidade de sua produção.

O rebanho, e principalmente a terra, também serviam como bens dados em hipoteca para angariar recursos, que eram investidos na própria unidade produtiva. Eram também permutados de acordo com as necessidades dos contratantes. A terra e o gado eram dados em fiança de empréstimos feitos em dinheiro. É possível que a especulação já fosse praticada por alguns sujeitos, contudo isso merece um maior cruzamento de dados para ser afirmado com segurança.

A terra e o rebanho eram bens transacionados por diferentes segmentos sociais. Contudo, alguns indivíduos e algumas famílias aparecem de maneira mais recorrente. Cabe ainda analisar, na continuidade dos estudos, as ações de uma possível rede de especuladores, bem como, o peso das relações de parentesco, amizade e clientelares nas negociações. E se isso influenciava no tipo do contrato registrado, pode ser objetos de futuros estudos.

CONCLUSÃO

Pode-se perceber que a terra era, na prática, já percebida como um objeto alienável ou um bem vendável, assim como o rebanho. Portanto, eram vistos como mercadoria. O mercado fundiário não pode ser dissociado de outras formas de transmissão, como a herança e doação, por exemplo. Muitas das áreas negociadas já haviam passado por mais de um possuidor. Talvez pela própria influência do processo de ocupação das terras e do sistema de heranças, pois a fragmentação da propriedade e a compra e venda de partes de terras que foram primeiramente ocupados predominavam nos registros. Ainda pode-se perceber que, o fato da prática do arrendamento coexistir com uma fronteira agrária aberta e também uma constante ampliação do mercado de terras, demonstra a complexidade da questão.

Contudo, deve-se pensar estas negociações dentro de uma lógica econômica e social específicas onde se tem que considerar as relações pessoais e de grupo estabelecidas entre as partes envolvidas na transação. Então se pode determinar se o preço estipulado nas escrituras era influenciado pela Lei da Oferta e da Procura ou corroborava práticas pré-capitalistas que geravam um mercado imperfeito. Assim como se estas práticas influenciavam no modelo do documento firmado, e se os contratantes utilizavam-se do tabelionato depois de já terem estabelecido o negócio na prática. Quando os documentos passaram a superar o “fio de bigode” daqueles que negociavam bens rurais? E em que medida isso legitimava uma estrutura capitalista que gradativamente se apresenta na ordem do dia? Isto ainda não se sabe ao certo. Mas é esta perspectiva que norteará a continuidade deste estudo.

REFERÊNCIAS

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: PPG em História Social-IFCS/UFRJ, 2007. (tese de doutorado).

FOLETTTO, A. **Dos campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: A paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaquí (1850-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (dissertação de mestrado).

_____. **No Rodeio das Relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da Província do Rio Grande de São Pedro na segunda metade dos oitocentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. (tese de doutorado).

GARCIA, G. **Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)**. Niterói: UFF, 2010. (tese de doutorado).

LEIPNITZ, G. **Entre contratos, direitos e conflitos - arrendamentos e relações de propriedade na transformação da campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, M. **Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru: EDUSC, 2005.

PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). In: **VARIA HISTÓRIA**. v 26. nº 43: Belo Horizonte, 2010. pp 241-266.